



ELUMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Companhia Aberta - CGC/MF nº 57.488.645/0001-32 - NIRE nº 35.300.025.385

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29.11.95 (Lavrada em forma de sumário - Art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76)

DATA, HORA E LOCAL: 29 de novembro de 1995, às 10:00 (dez) horas, na sede social, localizada à Av. Alexandre de Gusmão nº 865, em Santo André, Estado de São Paulo. **CONVOCAÇÃO:** Edital publicado nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 1995, nos jornais O Estado de S. Paulo (páginas B8, B3 e L1) e Diário do Grande ABC (páginas 18, 16 e 12) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 12, 8 e 2).

PRESEÇA: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) das ações com direito a voto. **MESA:** Presidente: Sérgio Augusto Fragoço Paes Leme. Presidente do Conselho de Administração: Secretário: Luiz Carvalho da Silva. **INSTALAÇÃO:** Verificado o quorum legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária. **ORDEM DO DIA:** A. Proposta do Conselho de Administração para: 1. Reforma parcial do Estatuto Social para alteração dos parágrafos 1º e 4º do Art. 5º, no sentido de, respectivamente: a. Aumentar o limite do Capital Autorizado para 7.500.000.000 de ações, sendo 2.500.000.000 de ações ordinárias e 5.000.000.000 de ações preferenciais; e b. adequar a sua redação para prever a exclusão do direito de preferência à subscrição, consoante o previsto no Art. 172 da Lei nº 6.404/76; 2. Aumento do capital social de R\$ 127.050.557,00 para R\$ 182.050.637,00, no montante de R\$ 55.000.080,00 (cinquenta e cinco milhões e oitenta reais), mediante a emissão, para distribuição pública, de 1.527.780.000 ações, sendo 509.260.000 ordinárias e 1.018.520.000 preferenciais, todas de espécie idêntica às já existentes, ao preço de R\$ 36,00 por lote de 1.000 (mil) ações, para integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; 3. Emissão, para distribuição pública, de 1.000 (mil) debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais, na proporção de 1/3 em ações ordinárias e 2/3 em ações preferenciais, todas de espécie idêntica às já existentes, em uma única série, com o valor nominal unitário de R\$ 20.000,00, da espécie subordinada, para integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; e B. Outros assuntos de interesse da sociedade. **LEITURA:** Lida e Proposta do Conselho de Administração de 20.11.95 e o Parecer do Conselho Fiscal de 21.11.95, documentos esses do seguinte teor: **I. "PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** - Senhores Acionistas - Reunido para tratar de assuntos de interesse da sociedade, deliberou este Conselho propor à Assembleia Geral: A. Sejam feitas as seguintes modificações no Estatuto Social: (a) alterar o § 1º do Art. 5º para aumentar o número de ações do capital autorizado para 7.500.000.000 de ações, sendo 2.500.000.000 de ações ordinárias e 5.000.000.000 de ações preferenciais; e (b) alterar a redação do § 4º do Art. 5º para acrescentar a possibilidade de exclusão do direito de preferência aos acionistas nas hipóteses previstas no inciso I do Art. 172 da Lei nº 6.404/76, dispositivos estatutários esses para os quais é sugerida a seguinte e respectiva redação: "§ 1º - A sociedade poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital independentemente da reforma estatutária, até o limite de 7.500.000.000 (sete bilhões e quinhentos milhões) de ações, sendo 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) de ordinárias e 5.000.000.000 (cinco bilhões) de preferenciais." - "§ 4º - Nas emissões de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações, na forma disposta no Art. 172 da Lei nº 6.404/76, incisos I e II, poderá ser excluído o direito de preferência de subscrição para os antigos acionistas." B. Com vistas a obter recursos para liquidação de dívidas e o saneamento financeiro da companhia, e bem assim para o reforço do seu capital de giro, propõe, mais, este Conselho: **B.1. AUMENTO DO CAPITAL:** Aumento do capital social de R\$ 127.050.557,00, dividido em 1.318.038.809 ações, sendo 439.679.603 ações ordinárias e 879.359.206 ações preferenciais, para R\$ 182.050.637,00 mediante a emissão, por subscrição pública, de 1.527.780.000 (um bilhão, quinhentos e vinte e sete milhões, setecentas e oitenta e sete mil) ações, sendo 509.260.000 (quinhentos e nove milhões, duzentas e sessenta mil) ações ordinárias e 1.018.520.000 (um bilhão, dezoito milhões e quinhentas e vinte mil) ações preferenciais, todas escriturais, sem valor nominal, totalizando o aumento proposto R\$ 55.000.080,00 (cinquenta e cinco milhões e oitenta reais), a saber: (a) **Preço de emissão e Forma de integralização:** Preço de emissão de R\$ 36,00 (trinta e seis reais) por lote de 1.000 (mil) ações, a ser integralizado à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional; (b) **Distribuição Pública:** A emissão, observado o disposto no Art. 172 da Lei 6.404/76 e no Art. 5º, § 4º, do Estatuto Social, deverá ser integralmente destinada à distribuição pública, sem direito de preferência aos acionistas da emitente, mediante procedimento diferenciado de acordo com o disposto no Art. 33 da Instrução CVM nº 13/80, contemplando atendimento prioritário aos acionistas; (c) **Direitos das ações:** As ações a serem emitidas terão as mesmas características das ações existentes e farão jus aos dividendos a partir do exercício a iniciar-se em 01 de janeiro de 1996. **B.2. EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS** com as seguintes características: **1. Montante da Emissão:** O valor total da emissão será de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em 01 de dezembro de 1995. **2. Integralização:** As debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. **3. Quantidade de Títulos:** A emissão será constituída de uma única série de 1.000 (um mil) debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais. **4. Colocação:** A colocação das debêntures será por distribuição pública, sem direito de preferência aos acionistas da emitente, com adoção de procedimento diferenciado, referido no Art. 33 da Instrução CVM nº 13/80, contemplando atendimento prioritário aos acionistas. **5. Espécie:** As debêntures desta emissão serão da espécie subordinada. **6. Forma:** As debêntures serão escriturais. **7. Valor Nominal Unitário:** As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na data da emissão. **8. Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures é o dia 01 de dezembro de 1995. **9. Data do Vencimento Final:** As debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, em 01 de dezembro de 2000. **10. Atualização Monetária:** As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente, a partir da data da emissão, segundo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **10.1.** Caso não seja mais vedado e/ou passe a ser permitida expressamente a atualização monetária das obrigações mediante utilização do INPC em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma aplicável, independentemente de qualquer outra formalidade ou ajuste à escritura, sendo certo que a atualização passará a incidir no menor período permitido. **10.2.** Na hipótese de extinção do referido indexador, ou, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotará-se em seu lugar outro que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no tempo, aprovado em Assembleia Geral de Debênturistas, que será convocada em tempo hábil, observado o disposto na legislação em vigor. **10.3.** Na hipótese de atraso na divulgação do INPC, ou, ainda, em caso de sua indisponibilidade em eventos, tais como, aquisições facultativas, amortizações programadas, resgate ou vencimento antecipado das debêntures ou, ainda, no pagamento dos juros remuneratórios, o valor a ser pago será calculado com base no último INPC disponível, calculado de forma *pro rata die*. Eventuais diferenças apuradas quando da divulgação do INPC, atualizadas e capitalizadas as mesmas taxas pactuadas para a presente emissão, serão compensadas no pagamento de juros subsequente ou, nos eventos de vencimento, pagas em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do índice. **11. Preço de Subscrição:** As debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo dentro do prazo de distribuição pública pelo seu valor nominal atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido dos juros de 12% (doze por cento) ao ano, ambos calculados *pro rata tempore*, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. **12. Juros Remuneratórios:** As debêntures serão remuneradas, a partir da data de emissão com juros de 12% (doze por cento) ao ano, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, deduzida a parcela amortizada, pagáveis, anualmente, sempre no primeiro dia do mês de dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 1996 e o último em 1º de dezembro de 2.000, data de vencimento das debêntures. **12.1.** A emitente pagará *pro rata tempore* os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações, resgates e vencimento antecipado. **13. Juros Moratórios:** A taxa de juros será elevada em 1,0% (um por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impuntualidade da emitente no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que forem devidos, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização dessa obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures referido no item 25. **14. Prêmio:** As debêntures farão jus a um prêmio que será pago nas datas das amortizações programadas ou por ocasião de vencimento ou resgate antecipado, incidente a partir da data de emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte fórmula: $Pn = [VN \times (1 + CM)] - VNA$, sendo: Pn = Prêmio "n" expresso em reais, a ser pago por debênture em conjunto com as amortizações programadas, vencimento ou resgate antecipado; VN = Valor Nominal na data da emissão, ou seja, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deduzido das amortizações ocorridas; CM = Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, regulamentada pela Resolução nº 2.121, de 30.11.94, do Conselho Monetário Nacional, e divulgada pelo Banco Central do Brasil, representada na forma decimal, calculada cumulativa e sucessivamente, a partir da data de emissão das debêntures e pelos respectivos prazos, acrescida, também, cumulativamente, da taxa de 10% ao ano, considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, adotando-se, se necessário, critério *pro rata die*; VNA = VN atualizado na forma do item 10, até a data do pagamento do prêmio, acrescido dos juros remuneratórios. **14.1.** Os prêmios vencidos não serão devidos na hipótese de conversão das debêntures em ações. **15. Conversibilidade:** A partir de 01 de janeiro de 1996, as debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, após integralizadas, à opção dos debenturistas, ser convertidas em ações da emitente, observadas as seguintes quantidades, por debênture, em função dos respectivos prazos para conversão (a) 463.070 (quatrocentos e sessenta e três mil e setenta e sete) ações, sendo 154.357 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentas e cinquenta e sete) ações ordinárias e 308.713 (trezentos e oito mil, setecentas e treze) ações preferenciais, entre 01 de janeiro de 1996 e 01 de dezembro de 1996; (b) 420.875 (quatrocentos e vinte mil, oitocentas e setenta e cinco) ações, sendo 140.292 (cento e quarenta e duas mil, duzentas e noventa e duas) ações ordinárias e 280.583 (duzentos e oitenta mil, quinhentas e oitenta e três) ações preferenciais, entre 02 de dezembro de 1996 e 01 de dezembro de 1997; (c) 385.802 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentas e duas) ações, sendo 128.601 (cento e vinte e oito mil, trezentas e uma) ações ordinárias e 257.201 (duzentos e cinquenta e sete mil, duzentas e uma) ações preferenciais, entre 02 de dezembro de 1997 e 01 de dezembro de 1998; (d) 356.125 (trezentos e cinquenta e seis mil, cento e vinte e cinco) ações, sendo 118.709 (cento e dezoito mil, setecentas e nove) ações ordinárias e 237.416 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentas e dezesseis) ações preferenciais, entre 02 de dezembro de 1998 e 01 de dezembro de 1999; e (e) 330.687 (trezentos e trinta mil, seiscentas e oitenta e sete) ações, sendo 110.229 (cento e dez mil, duzentas e vinte e nove) ações ordinárias e 220.458 (duzentos e vinte mil, quatrocentas e cinquenta e oito) ações preferenciais, entre 02 de dezembro de 1999 e 01 de dezembro de 2000. **15.1.** Os números de ações decorrentes das conversões de debêntures mencionados no item anterior serão ajustados em relação a desdobramentos, grupamentos ou bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data de emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos. **15.2.** No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da sede da emitente, no prazo

de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404/76. **15.3.** As ações objeto de conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais negociadas em bolsa de valores à época da emissão das debêntures e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emitente, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista, observado, em relação aos dividendos do exercício social em que forem emitidas, o seguinte: (i) as ações oriundas de conversão ocorrida entre 01 de janeiro e 30 de junho de cada exercício social farão jus ao dividendo integral do respectivo exercício social; (ii) as ações oriundas de conversões ocorridas entre 01 de julho e 31 de dezembro de cada exercício social farão jus à metade do dividendo integral do respectivo exercício social. **15.4.** Sempre que a emitente aumentar seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da emitente ou no prazo do eventual atendimento prioritário, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do atendimento prioritário, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do primeiro anúncio de início de distribuição pública de ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para subscrição das novas ações. **15.5.** Até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembleia Geral da emitente deliberar emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para as conversões das novas emissões. **15.6.** Na hipótese de a Assembleia Geral da emitente emitir bônus de subscrição durante o prazo do exercício de subscrição de ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição. **15.7.** As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos subitens 15.4, 15.5 e 15.6, serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo seu valor nominal atualizado na forma estabelecida no item 10. **16. Solicitação de Conversão:** Para todos os efeitos a data da conversão das debêntures será a data do recebimento da solicitação pela emitente ou pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures, com a simultânea entrega e transferência das debêntures a serem convertidas. A emitente pagará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente aos juros remuneratórios, calculados *pro rata tempore*, sobre o valor nominal das debêntures corrigido monetariamente até a data de seu efetivo pagamento. **17. Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. **18. Decadência dos Direitos aos Acionistas:** O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento da atualização monetária e rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. **19. Aquisição Facultativa:** A emitente poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal corrigido, deduzido das amortizações ocorridas, acrescido de juros e prêmio, a que fizerem jus, calculados *pro rata tempore*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da emitente, ou ser novamente colocadas no mercado. **20. Resgate Antecipado Facultativo:** As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da emitente, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio, com pagamento do principal, juros e prêmio, calculados *pro rata tempore*, até a data do resgate. **21. Amortizações Programadas:** As debêntures terão seu valor nominal, atualizado, amortizado em parcelas, conforme a seguinte programação: **Data:** 01.12.1999. **Parcela de amortização do Valor Nominal Atualizado:** 50%. **Valor da amortização do Valor Nominal de Emissão - R\$: 10.000,00.** **Data:** 01.12.2000. **Parcela de amortização do Valor Nominal Atualizado:** 50%. **Valor da amortização do Valor Nominal de Emissão - R\$: 10.000,00.** **22. Negociação:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88. **23. Local de Pagamentos:** Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da emitente, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em instituição financeira contratada para tal fim. **24. Publicação na Imprensa:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal O Estado de São Paulo, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture. **25. Vencimento Antecipado:** O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela emitente do valor nominal atualizado monetariamente *pro rata tempore* até a data do seu efetivo pagamento, acrescido dos juros e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes eventos: (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a emitente; (b) pedido de concordata preventiva formulado pela emitente; (c) liquidação ou decretação de falência da emitente; (d) falta de cumprimento pelo emitente de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário; (e) vencimento antecipado de qualquer dívida da emitente em razão de inadimplência contratual cujo montante possua, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da emitente previstas na escritura de emissão. **B.3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO DE EMISSÃO:** Observados os critérios estabelecidos no § 1º, do Art. 170, da Lei nº 6.404/76 e o Parecer de Orientação CVM nº 01/78, o preço de emissão das ações, quer para subscrição, quer por conversão das debêntures, foi fixado com base na média das cotações médias das ações na Bolsa de Valores de São Paulo - no período compreendido entre 17.10 e 17.11.95 - no qual foi apurado o valor médio de R\$ 35,42 (trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos) por lote de 1.000 (mil) ações. O preço das ações para emissão em decorrência da conversão das debêntures está acrescido de 20%, resultando no preço de R\$ 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos) por lote de 1.000 (mil) ações para o primeiro ano de vigência das debêntures; para os demais períodos subsequentes de um ano, o preço inicialmente estabelecido foi acrescido de cerca de 10% a cada ano. Esta é a proposta que submetemos à apreciação e deliberação dos senhores acionistas, esperando que mereça integral aprovação. Santo André, 29 de novembro de 1995. **II. "PARECER DO CONSELHO FISCAL:** Senhores Acionistas - O Conselho Fiscal da Eluma S.A. Indústria e Comércio, por seus membros efetivos abaixo assinados, chamados a opinar sobre a Proposta do Conselho de Administração de 20.11.95, no sentido de: 1. reformar-se parcialmente o Estatuto Social para: (a) alterar o § 1º do Art. 5º para aumentar o número de ações do capital autorizado para 7.500.000.000 de ações, sendo 2.500.000.000 de ações ordinárias e 5.000.000.000 de ações preferenciais; e (b) alterar a redação do § 4º do Art. 5º para acrescentar a possibilidade de exclusão do direito de preferência aos acionistas nas hipóteses previstas no inciso I do Art. 172 da Lei nº 6.404/76; 2. ser aumentado o capital social, de R\$ 127.050.557,00 para R\$ 182.050.637,00, mediante a emissão, por subscrição pública, de 1.527.780.000 ações, sendo 509.260.000 ordinárias e 1.018.520.000 preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, de espécies e características idênticas às já existentes, para serem subscritas ao preço de R\$ 36,00 (trinta e seis reais) por lote de 1.000 (mil) ações e integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, totalizando o aumento de R\$ 55.000.080,00, sem direito de preferência aos acionistas da emitente e mediante procedimento diferenciado de acordo com o disposto no Art. 33 da Instrução CVM nº 13/80, contemplando atendimento prioritário aos acionistas; 3. emissão de uma única série de 1.000 (mil) debêntures conversíveis em ações, sendo 1/3 em ordinárias e 2/3 em preferenciais, de espécie subordinada e do tipo escritural, destinadas à distribuição pública e a serem subscritas pelo valor nominal unitário de R\$ 20.000,00 na data da emissão (01.12.95) e integralizadas no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, com vencimento em 01 de dezembro de 2000 e valor nominal atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, além de juros remuneratórios de 12% (doze por cento) ao ano, sem direito de preferência aos acionistas da emitente, mediante procedimento diferenciado de acordo com o disposto no Art. 33 da Instrução CVM nº 13/80, contemplando atendimento prioritário aos acionistas, tendo examinado as condições, as características e as demais disposições detalhadamente explicitadas na referida Proposta, tanto em relação à emissão de ações, como em relação à emissão de debêntures conversíveis em ações, é de Parecer que a Proposta de 20.11.95 do Conselho de Administração merece a aprovação dos senhores acionistas. Para os devidos fins, os signatários declaram que o atual capital social acha-se inteiramente realizado. Santo André, 21 de novembro de 1995. **DELIBERAÇÕES:** Terminada a leitura desses documentos, a "Proposta do Conselho de Administração" foi submetida à discussão, e posterior votação, verificando-se sua integral aprovação, sem quaisquer ressalvas, tendo a Assembleia, complementarmente, tomado as seguintes deliberações. **Atendimento prioritário aos acionistas:** Não será conferido aos atuais acionistas o direito de preferência à subscrição das ações e das debêntures a serem emitidas, devendo, entretanto, ser-lhes assegurado atendimento prioritário para subscrição na proporção das ações detidas em relação ao capital social, pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do primeiro anúncio de início de cada uma das distribuições, após a concessão do registro da emissão pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Delegação:** A Assembleia delegou ao Conselho de Administração, com o fim de adequar, se necessário, as características das debêntures às condições de mercado à época da distribuição, e com referência às deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, poderes para deliberar sobre as matérias previstas nos incisos VI a VIII do Art. 59 da Lei nº 6.404/76, podendo, com base no exercício dessa competência delegada, formalizar os necessários aditamentos e ajustes à escritura de emissão das debêntures. A Assembleia delegou também competência à Diretoria para contratar uma ou mais instituições financeiras para a colocação pública das ações e das debêntures e para as atividades da competência do banco mandatário, nomear agente fiduciário dos debenturistas e adotar junto aos órgãos governamentais e demais entidades públicas ou privadas, as providências necessárias à efetivação das deliberações tomadas nesta Assembleia. **APROVAÇÃO:** Todas as matérias foram aprovadas por unanimidade de votos. **LAVRATURA:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém a solicitasse, suspendeu os trabalhos para a lavratura e transcrição desta Ata, por processo copiativo, no livro próprio: Reaberta a sessão, foi esta Ata lida, achada conforme e aprovada, encerrando-se com a assinatura dos componentes da mesa e dos acionistas presentes. Santo André, 29 de novembro de 1995. Ass.: Sérgio Augusto Fragoço Paes Leme - Presidente; Luiz Carvalho da Silva - Secretário; Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - pp. Sérgio A. F. Paes Leme; Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS - pp. Jorge Luiz Marques de Mendonça; Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA - pp. Julio Cesar Gerpe Arman; TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social - pp. Sérgio A. F. Paes Leme; LEC Participações Ltda. - pp. Luiz Eduardo Campello Filho; Sérgio Augusto Fragoço Paes Leme; Luiz Eduardo Campello Filho; Jorge Washington de Queiroz; Luiz Carvalho da Silva. Está é cópia fiel, extraída da Ata lavrada no livro próprio. Luiz Carvalho da Silva - Secretário.